



4018 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A OFERTA DA EJA EM MUNICÍPIOS DA BAHIA: CENÁRIOS DE ESCASSEZ E DESCASO

Livia Andrade Coelho - UESC

Josefa Sônia Pereira da Fonseca - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: nenhuma

Neste artigo discutiremos a situação da oferta da Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade da Educação Básica, assegurada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, cujos dados foram coletados no ano de 2017, em cinco municípios localizados no sul do Estado da Bahia. Nosso objetivo foi fazer um levantamento acerca das condições de oferta, mensurando os aspectos referentes a matrícula, proposta pedagógica e formação continuada dos professores. Os resultados da nossa pesquisa revelam que as condições de oferta estão distantes do cenário ideal para promoção da escolaridade dessas pessoas. Ausência de proposta pedagógica, formação continuada de professores insuficiente ou inexistente e até mesmo falta de material escolar, o que desmotiva professores e alunos e se traduz em resultados pífios.

Palavras-chave: EJA; Políticas Públicas; Educação Pública

A OFERTA DA EJA EM MUNICÍPIOS DA BAHIA: CENÁRIOS DE ESCASSEZ E DESCASO

Resumo

Neste artigo discutiremos a situação da oferta da Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade da Educação Básica, assegurada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, cujos dados foram coletados no ano de 2017, em cinco municípios localizados no sul do Estado da Bahia. Nosso objetivo foi fazer um levantamento acerca das condições de oferta, mensurando os aspectos referentes a matrícula, proposta pedagógica e formação continuada dos professores. Os resultados da nossa pesquisa revelam que as condições de oferta estão distantes do cenário ideal para promoção da escolaridade dessas pessoas. Ausência de proposta pedagógica, formação continuada de professores insuficiente ou inexistente e até mesmo falta de material escolar, o que desmotiva professores e alunos e se traduz em resultados pífios.

Palavras-chave: EJA; Políticas Públicas; Educação Pública

1. Introdução

A educação escolar institucionalmente é o *locus* para a promoção do alfabetismo da população. Pesquisas realizadas pelo Instituto Paulo Montenegro - IPM e a ONG Ação Educativa têm revelado como os déficits educacionais se convertem em desigualdades quanto ao acesso a vários bens sociais e culturais, a melhores postos de trabalho e ao desenvolvimento pessoal, o que tem reforçado a necessidade de uma educação escolar de qualidade, comprometida com a aprendizagem dos alunos e alinhada às mudanças ocorridas no mundo nas últimas décadas.

Na sociedade contemporânea essa educação é um direito de todo cidadão, enquanto princípio legal, independente da sua idade ou condição econômica. A educação de pessoas jovens e adultas - EJA está inserida nesse contexto e ao longo do século XX sofreu com a descontinuidade das políticas públicas de Estado para reparar um problema que é histórico e com danosas consequências para sociedade brasileira. Isto por que o público alvo dessa modalidade são jovens e adultos trabalhadores, que ao longo da sua infância ou vida adulta não tiveram as condições mínimas para frequentar ou permanecer numa escola, o que conseqüentemente se traduziu em dados expressivos de pessoas analfabetas ou com poucos anos de escolarização.

A educação de jovens e adultos – EJA tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos. (ARROYO, 2005, p. 221)

Uma das tentativas para distensionar o que Arroyo chama de “interesses menos consensual...” foi a edição do Decreto Nº5.840, de 13 de julho de 2006, incluindo na EJA a oferta de cursos técnicos profissionalizantes por meio do Programa Nacional de Integração da Educação

Básica (PROEJA) em que ela tem maior destaque do que períodos anteriores da Nova República. Outras iniciativas na mesma direção estão o Projeto Escola de Fábrica; Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), além do Programa Brasil Alfabetizado, Fazendo Escola.

Apesar de, aparentemente tantos programas voltados para essa população, todos apenas amenizam as tensões sociais pois, essas políticas mostraram-se ineficientes tanto na escolarização quanto na qualificação dessa população para o mundo do trabalho.

Isto posto, no segundo semestre letivo do ano de 2017, na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, situada entre os pólos urbanos de Ilhéus e Itabuna, em Ilhéus-Bahia, a aproximadamente 500 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia, principal instituição de ensino superior pública neste vasto espaço do território baiano, fizemos uma pesquisa em cinco municípios que estão localizados no entorno desta região, com o objetivo de fazer um levantamento acerca das condições de oferta em cada município pesquisado, mensurando os aspectos referentes a oferta de vagas, proposta pedagógica e formação continuada dos professores.

Ao longo dos próximos tópicos apresentaremos a trajetória metodológica para levantamento dos dados, a organização dos mesmos e a reflexões a partir dos achados.

2. Trajetória metodológica

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com natureza exploratória, realizada durante o desenvolvimento da disciplina Educação de Jovens e Adultos, com 60h/a, ofertada no curso de Licenciatura em Pedagogia, no primeiro semestre letivo do ano de 2017, para 27 alunos do oitavo semestre letivo. Uma das atividades da disciplina era conhecer, investigar e discutir a gestão das escolas e da sala de aula da EJA, no município onde eles residiam. Os alunos da disciplina dividiram-se em cinco grupos, cada qual assumiu um município diferente, o que nos possibilitou conhecer a realidade de cinco cidades, a mais distante da Universidade fica a aproximadamente 132 km e a mais próxima a 9 km. Para preservar a identidade desses municípios, nos referiremos a eles como município A, B, C e assim sucessivamente.

Para coleta dos dados utilizamos observação das unidades escolares, onde foram anotados a estrutura física dos espaços, entrevista de gestores e docentes das escolas que ofertavam a EJA no município. Foram entrevistados também um representante de cada secretaria de educação, responsável pela EJA no município.

3. A situação da EJA no território nacional: algumas reflexões

A educação de jovens e adultos, no Brasil, tem sua história alicerçada nos elevados índices de pessoas jovens e adultas analfabetas e ou com poucos anos de escolaridade, que ainda no século XXI não foi sanada. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua, 2016), revelam que 7,2% da população de 15 anos ou mais é analfabeta; a média de estudos no Brasil é de 7,8 anos. Tais dados é também consequência do reconhecimento tardiamente dessa modalidade enquanto direito do cidadão. Nesta vertente, segundo Soares (2001, p. 201), só a partir de 1930 a EJA surge como uma necessidade de política pública de Estado, buscando proporcionar a escolarização da população jovem e adulta, com o objetivo de atender a uma demanda da efervescente industrialização do país.

As críticas já nesse período sinalizavam para a necessidade de superação das velhas e já desgastadas práticas pedagógicas nas atividades para escolarização da população jovem e adulta, que consubstanciavam-se em programas de curta duração, cujas práticas pedagógicas eram assistencialistas e conservadoras. Só a partir da década de 1960 iniciou-se a construção de novas práticas, tendo como referencial o educador Paulo Freire. As ideias freirianas, contrárias à percepção marginalizadora sobre a qual se fundamentava as campanhas para alfabetização e escolarização da população nesse período, marcavam o início de um novo momento histórico para a EJA.

Na década de 1990, as conferências que foram realizadas para discussão dessas questões, segundo Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), provocaram reformas educativas em países em desenvolvimento, evidenciando que a educação ganhava destaque entre as demais políticas sociais. A Declaração de Jonthien, por exemplo, deu destaque à educação de jovens e adultos, incluindo metas relativas à redução de taxas de analfabetismo, além da expansão dos serviços de educação básica e capacitação a esse público, com avaliação sobre suas ações na sociedade.

Podemos apontar que apesar de diagnosticada a realidade, estabelecida as metas e a conscientização da existência de um problema e seus desdobramentos danosos à sociedade, as ações visando atingir o foco da situação com vistas à redução desse quadro não têm sido realizadas conforme compromissos assumidos nos fóruns internacionais e número considerável de documentos oficiais e legislação aprovada, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, Resolução CNE/CEB N. 11/2000, que definem a EJA como modalidade da Educação Básica. Diante de tal situação, naturalmente a tendência é o agravamento da questão.

4. O que os dados da pesquisa nos revelam

Segundo dados do IBGE (2017), quanto a população dos municípios pesquisados, o A tem aproximadamente 19.000 habitantes, o B 28.000, C e D 33.000 e município E pouco mais de 220.000. Todos ofertam a EJA na sua rede de ensino, com os seguintes números de matrícula (INEP/Censo Escolar 2017):

Município E 1.617 alunos matriculados

Município B - 1003

Município C - 586

Município A - 538

Município D - 512

Contudo, em três deles (A, C e D) não há uma proposta pedagógica específica para essa modalidade, em um (B) está em fase de reformulação e no município E a proposta foi reformulada no ano de 2017. Isso nos aponta para a necessidade ainda eminente de superar a concepção que até então se tinha da "educação de jovens e adultos como uma modalidade de ensino que não requer de seus professores, estudo e nem especialização, como um campo eminentemente ligado à boa vontade" (GUIDELLI, 1996, p. 126). É uma modalidade que assim como as demais da Educação Básica, requer um disciplinamento próprio, com propostas pertinentes e que atendam as demandas do público alvo dessa modalidade, num constante repensar da sua prática.

Nessa perspectiva, verificamos que em sua maioria a formação continuada para os professores não ocorre: os municípios A, C e D não oferece; no município E ocorre mensalmente e no município B ocorre apenas na semana pedagógica, ou seja, uma vez no ano quando inicia o período letivo. É imprescindível a "formação continuada dos professores, primando pela articulação teoria/prática, que inclua a superação da desarticulação entre as propostas pedagógicas de formação e os objetivos específicos da Educação de Jovens e Adultos" (MACHADO, 2000, p. 12).

Tal situação é reflexo também da ausência de uma coordenação específica no âmbito da secretaria municipal da educação, que acompanhe efetivamente o trabalho desenvolvido nessas turmas, ofertando acompanhamento pedagógico aos professores, inclusive formação continuada, com o objetivo de discutir e implementar uma proposta pedagógica que atenda as reais necessidades do público alvo dessa modalidade. Nos municípios B e E a secretaria tem essa coordenação; os A, D e C não tem, dados que nos revelam para um total descomprometimento desses entes quanto a responsabilidade na oferta, manutenção e acompanhamento dos alunos. Isso se traduz também em ausência ou escassez de material didático para atender as necessidades da comunidade escolar.

O governo federal afirma constantemente em seu discurso se preocupar com o elevado número de pessoas jovens e adultas analfabetas e com pouco anos de escolaridade no país e, por isso, justifica o investimento em programas de curta duração, priorizando as regiões com maiores índices. No entanto, reduz a sua ação efetivamente a esses programas, cujo objetivo propalado é a alfabetização, o que reforça a configuração de ações compensatórias, sem compromisso com o fortalecimento desse público deixando de apresentar uma política pública de efetivo investimento nas escolas para EJA.

5. Considerações finais

A EJA tem um papel fundamental numa sociedade como a brasileira, que historicamente exibiu elevados índices de pessoas jovens e adultas analfabetas e que no século XXI ainda não conseguiu resolver essa situação de forma satisfatória, conforme vem demonstrando dados apresentados pelos Institutos de Pesquisa, a exemplo do IBGE. Na contemporaneidade, cuja característica mais marcante é o célere processo de tecnologiação dos espaços sociais, alargou também as exigências e pré-requisitos para que o cidadão possa atuar ativamente nesses ambientes e, para tanto, necessário se faz garantir a educação escolar em todos os níveis. A educação tem papel fundamental em suas vidas e cabe ao Estado assumir esse compromisso e ofertar os cursos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. p. 221-230. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, 362p.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - Censo Escolar 2017. Disponível em: <inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010, p. 149-168. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>> Acesso: 12 mai. 2018.

DI PIERRO, Maria Clara; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>> Acesso 21.08.2018.

GUIDELLI, Rosângela Cristina. A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos: desacertos, tentativas, acertos. São Carlos, 1996. 137 p. **Dissertação (Mestrado)** Universidade Federal de São Carlos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em 20 ago. 2018.

MACHADO, Lucília Regina de Souza and VELTEN, Maria Janete. Cooperação e colaboração federativas na educação profissional e tecnológica. **Educ. Soc.** [online]. 2013, vol.34, n.125, pp.1113-1133. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000400006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 28 de ago. 2018.

MACHADO, Maria Margarida. A Prática e a Formação de Professores na EJA: Uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998. 23ª Reunião da ANPED, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1822t.PDF> Acesso: 10.01.2010.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001